**Subsídios para constituições**

**dos Frades MENORES CAPUCHINHOS**

A.D. 2020

****

**Capítulo Um das Constituições**

**A vida dos Frades Capuchinhos Menores**

*por Frei Mauro Jöhri*

O primeiro capítulo de nossas Constituições dos Frades Capuchinhos Menor assume o primeiro Capítulo da Regra Dos Touros, o de 1223, aprovado pelo Papa Honório III. Significa que estabelece a base de todos os seguintes, por assim dizer. Na verdade, afirmando que a Regra e a Vida dos Frades Menores é *observar o Sagrado Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, sem nada de si e em castidade,* ele anuncia qual é a base para construir nossa vida como frades capuchinhos. Os capítulos a seguir nada mais são do que uma concretização desta afirmação inicial, ou seja, observar o Santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo.

Imediatamente após a afirmação de querer fazer do Evangelho sua forma de vida, São Francisco promete obediência e reverência ao Papa. "A confirmação por parte da Igreja de que o caminho seguido por Francisco e seus seguidores está em conformidade com o Evangelho significa e garante que mesmo em suas vidas, como na igreja, o Evangelho está vivo. Quem pode dar essa garantia é apenas a Igreja."[[1]](#footnote-1)

A partir desses dois parágrafos iniciais da Regra, o primeiro capítulo de nossas Constituições foi dividido em dois artigos:

1. Nossa Vida de acordo com o Evangelho
2. Nossa vida na Igreja.

Nesse sentido, o primeiro capítulo das Constituições estabelece as bases e anuncia quais são as orientações básicas da vida dos Frades Capuchinhos Menores, nosso carisma. Deve-se notar que estamos nos movendo no âmbito de nossas Constituições como elas foram reformuladas após o Concílio Vaticano II em 1968. Várias regravações se seguiram, mais recentemente a de 2012, mas fundamentalmente esta última permanecem em dívida com o ponto de virada que ocorreu em 1968 e foi um ponto de virada sem importância. De fato, até essa data, embora as Constituições tenham sido atualizadas em várias ocasiões ainda antes, elas permaneceram profundamente e essencialmente em dívida com as formuladas durante o Capítulo da Ordem realizado no convento de Sant'Eufêmia, em Roma, em 1536. Enquanto naquela época a ênfase foi colocada decisivamente no aspecto penitenciário e na observância regular, as de 1968 moveram todo o sistema trazendo atenção à vida na fraternidade e na dimensão da minoria. Será importante compreender a relação entre continuidade e descontinuidade entre as duas abordagens do nosso projeto de vida. Entre as razões que influenciaram essa mudança não devem ser mencionadas apenas o Concílio Vaticano II, mas acredito que também devemos levar em conta os desenvolvimentos que ocorreram dentro da nossa Ordem, especialmente a partir do generalizado do Padre Bernardo Christen da Andermatt (1884 – 1908) e com a prática que ele introduziu de atribuir um território de missão por Província. Mas voltaremos a isso mais tarde.

**Nossa Vida de acordo com o Evangelho**

A afirmação primordial e indispensável por parte de São Francisco permanece esta: *A Regra e a Vida dos Frades Menores é esta: ou seja, observar o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo, vivendo em obediência, sem nada de si e em castidade.*  A partir desta declaração central, podemos e devemos nos fazer algumas perguntas:

1. O que significa o binômio pelo qual *o Evangelho é Regra e Vida*?
2. Que coisa se entende exatamente por *"Evangelho"?*
3. Porque a escolha do verbo *"observar"* e quais consequências essa escolha teve na vida da Ordem?

Mas antes mesmo de entrar no mérito destas perguntas, é fundamental recordar o que o próprio Francisco afirma em seu Testamento: *E depois que o Senhor me deu irmãos, ninguém me mostrou o que eu tinha que fazer, mas o próprio Altíssimo me revelou que eu deveria viver segundo a forma do santo Evangelho.*  Há em Francisco a consciência de ter recebido um dom do alto e, ao mesmo tempo, a tomada de consciência da dimensão vinculante do mesmo.

O binômio *Regra e Vida* certamente indicam tanto a referência à fonte que contém os preceitos segundo os quais orientam a própria vida (*Regra*) e, em segundo lugar, a exigência que quando um busca aplicar não se limite a ser uma continuação de atos feitos de forma voluntária, mas que permeiam toda a existência de cada frade, tanto quanto se tornar um fato óbvio, uma característica inconfundível de seu itinerário diário.

Por *Evangelho* podemos entender em um sentido amplo a boa nova do Reino de Deus que se tornou próximo, de Deus que traz um olhar cheio de misericórdia sobre suas criaturas, bem como as máximas (ensinamentos) pronunciadas por Jesus e contidas nos quatro Evangelhos, referindo-se à vida daqueles que pretendem segui-lo mais de perto. Trazendo nosso olhar para o primeiro Capítulo da Regra de 1221 nos deparamos precisamente com três preceitos imprescindíveis para aqueles que querem viver segundo a *forma do santo Evangelho:*

1. *Se você quer ser perfeito, vá e venda tudo o que você tem e dê aos pobres e você terá um tesouro no céu e venha e seguir-me.*
2. *Se alguém quiser vir atrás de mim, renegue a si mesmo e pegue a sua cruz e me siga.*
3. *Se alguém quer vir a mim e não odeia o pai e a mãe e a esposa e os filhos e os irmãos e irmãs e até mesmo sua própria vida, não pode ser meu discípulo.[[2]](#footnote-2)*

Tudo isso significa que o verdadeiro Frade Menor é chamado a se desfazer de seus bens terrenos, a fim de orientar sua vida para o mundo que está por vir. Se trata da escolha radical de viver sem nada próprio, em uma pobreza capaz de tornar o homem totalmente livre, desde que ele a viva com alegria, porque neste caso ele estará livre tanto da ganância quanto da avareza. Além disso, o desprendimento de bens materiais, para ser completo, também requer um questionamento da própria pessoa (renúncia), trabalho intenso sobre si mesmo. Em terceiro lugar, a escolha de viver de acordo com o santo Evangelho exige uma renúncia em questão radical dos próprios afetos e a consequente revisão dos laços familiares e de si mesmo. [[3]](#footnote-3)[[4]](#footnote-4)

No primeiro capítulo da Regra bulada ao lado do verbo *observar* também repete o verbo *obedecer* e o substantivo *obediência.*  Podemos ser levados a pensar que o Pai Seráfico quer enfatizar acima de tudo o momento de aplicação ou adesão externa aos preceitos evangélicos, mas, se levarmos em conta que logo acima ele falou de *Regra e Vida*, sabemos que ele nos pede para passar da observância externa para a configuração cada vez mais íntima a mesma vida de Cristo. Portanto, a vida dos frades pode ser considerada como uma vida em obediência, onde a aceitação do preceito que nos é dado pelo Senhor leva à realização de uma relação de intimidade e identificação com Ele, para que o Senhor possa se tornar a vida de nossa vida.[[5]](#footnote-5)

Agora, é interessante ver de que modo no primeiro capítulo das nossas Constituições se faz referimento ao Evangelho. Lá se fala da necessidade de *progredir cada vez mais na compreensão do Evangelho* (1,4); da *fidelidade ao Evangelho* (5,2; 6,2), da *liberdade evangélica* (7,5), da *experiência evangélica* (8,2), da *nossa vocação evangélica* (15,1). A razão de tudo isto está no fato de que *a Regra flui do Evangelho* (7,1), de que o Evangelho representa *a lei suprema* (1,5), que ele *contém os ensinamentos de Cristo* (10,2) e *os conselhos evangélicos* (2,3). Tudo passa pela mediação do seráfico Pai São Francisco, que *empreendeu a vida evangélica* (3,1), *a vida segundo a forma do santo Evangelho* (4,1) e com quem podemos falar de *intuições evangélicas* (5,1). Daí nasce a exigência *de anunciar o Evangelho* (5,5), de ter em conta as *intenções evangélicas dos primeiros Capuchinhos* (7,2), percebendo que *a vida fraterna* representa *um fermento evangélico* (13, 4).

**N. 1**

Nossas Constituições começam afirmando que o Santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo é, em todas as idades, a *fonte* de toda a vida da Igreja. Vamos parar com a imagem da *fonte*! Evoca a imagem de frescor, dom e gratuidade. Uma mola deve ser procurada e frequentada. Depois vamos juntar as duas palmas das mãos para coletar água doce e trazê-la para nossos lábios. O próprio Jesus é essa água viva e os Evangelhos são como o caminho que nos leva até ele, a maneira que nos permite alcançá-lo, conhecê-lo e desfrutar de sua presença.

É importante compreender as várias nuances porque ela fala do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e isso significa sua mensagem, a revelação do Pai que amorosamente volta seu olhar para suas criaturas. Ao mesmo tempo não podemos esquecer que o próprio Jesus é o Evangelho, já que ele é o presente feito pelo Pai à humanidade, pois conhecendo o Filho conheceremos o Pai. O Evangelho também é os quatro Evangelhos que testemunham a jornada terrena do filho único do Pai feito pelo homem e relatam seus ensinamentos. Concretamente, "é uma questão de seguir Jesus Cristo, suas palavras, seu ensino, seu exemplo, sua vontade, seus passos, sua humildade e pobreza".[[6]](#footnote-6)

São Francisco fez do Evangelho a razão de sua vida e ação. Para ele, observar o Evangelho significa viver atentamente ouvindo-o, em harmonia com ele. E quando ele convidar seus frades e todos os fiéis para viver a pobreza, ele o fará porque ele vê como foi vivido pelo Altíssimo nosso Senhor Jesus Cristo e sua santíssima Mãe. [[7]](#footnote-7)

O primeiro número das Constituições sempre nos convida a nos colocar sob a orientação do Espírito Santo, porque Ele é o guia capaz de nos introduzir ao pleno conhecimento da profundidade do mistério de Cristo. Com relação ao que é relatado nos Evangelhos da infância de Lucas, a Virgem Maria é apresentada como um exemplo para imitar na meditação e aprofundamento assíduo do Evangelho. Ao deixar nossas vidas serem moldadas pelo Evangelho, cresceremos em tudo em direção a Cristo.

**N. 2**

Neste segundo número, a referência é sobretudo a São Francisco, que nos ensinou a seguir os passos de Cristo na alegria, pegadas que se distinguem por sua pobreza, humildade e morte na cruz. O fim último desta jornada, o objetivo a ser alcançado, é o Pai através do Espírito Santo.

O segundo parágrafo da questão retoma um tema muito querido a espiritualidade franciscana, o da *conformidade com Cristo*, e afirma que o lugar por excelência dessa transformação nos é dado na celebração da Eucaristia. Graças a esta nos tornamos participantes no mistério pascal. O tema da Eucaristia será retomado posteriormente pelo texto constitucional quando se trata de enfatizar a importância e a necessidade da celebração diária da mesma no seio de cada fraternidade individual. O fato de já ser mencionado desde o segundo número significa que estamos enfrentando um aspecto absolutamente central de nossas vidas. Para viver e sermos introduzidos no mistério de Cristo, somos chamados a viver com um coração generoso e fiel os conselhos evangélicos: obediência, pobreza e castidade. Seremos capazes disso apenas se no início e em termos constantes nos permitirmos ser alcançados pelo dom que Cristo fez de si mesmo até a morte na cruz e continua a fazer presente na celebração do Sacrifício Eucarístico.

**N. 3**

O terceiro número nos recorda, em fidelidade ao Testamento, que o início da nova vida de Francisco, sua penitência, começou a partir do momento em que ele começou a servir os leprosos. Segue-se a referência ao encontro com o crucifixo de São Damião. A fidelidade ao que Francisco se refere no Testamento é a fonte à qual devemos respeitar a compreensão das escolhas que ele fez, advertindo-nos contra qualquer tipo de mistificação. A mudança radical de vida no jovem Francisco aconteceu graças ao encontro com o leproso, um encontro que ele atribui à intervenção do próprio Senhor. Daí a transformação do amante na imagem do amado. Francisco nos deu o exemplo de sua vida e continua sendo o lembrete do que somos chamados para viver dia após dia. O fato de nossas Constituições falarem antes do encontro com o leproso e só depois daquele com o crucifixo de São Damião representa uma indicação muito preciosa para cada itinerário formativo, mas também para a vida franciscana capuchinha: não pode haver frequência de Cristo em oração que não seja acompanhada por estar perto do leproso em uma atitude de serviço.[[8]](#footnote-8)[[9]](#footnote-9)

**N. 4**

A declaração neste número é representativa da abordagem global dada às nossas Constituições a partir da sua reescrita após o Concílio Vaticano II. Na verdade, em dois parágrafos separados anunciam a centralidade para nossa vida de *fraternidade* e de *minoridade*. O primeiro parágrafo lembra como São Francisco atribui viver em fraternidade a uma revelação divina. Fraternidade não no sentido de qualquer coisa abstrata, mas concretude dos irmãos chamados para realizar uma comunhão da vida. Esta é a premissa indispensável e que não pode mais faltar para que haja uma autêntica testemunhança do Reino de Deus e da pregação da paz e da penitência.

O segundo parágrafo apressa-se a colocar o aspecto da minoridade ao lado da fraternidade e afirma que ambos são aspectos originais do carisma que nos é dado pelo Espírito. Seja as dimensões contemplativas quanto as apostólicas de nossa vida devem ser sempre e imprescindivelmente apoiadas e marcadas pelos dois aspectos mencionados acima, a fraternidade e a minoridade. São as premissas que não podem e nunca devem faltar, sob pena de traição do nosso carisma. O empenho de viver a vida fraterna como menores corresponde à realização do ideal do Evangelho.

***Evocação***: Como viemos propor a vida fraterna como um elemento central do nosso carisma?

Convêm recordar e enfatizar aqui o significado nada indiferente desse número das Constituições, pois orienta de uma forma nova e, de certa forma, também surpreendendo toda a estrutura do texto constitucional e, consequentemente, do nosso carisma como Frades Menores Capuchinhos. Certamente haverá apelos à vida da penitência e da pobreza, mas agora é claro que ambos devem sempre levar em conta tanto o aspecto fraternal quanto o aspecto minoritário. Não faz sentido, por exemplo, uma prática penitencial que se distancia ou se opõe à vida da fraternidade. Vale lembrar aqui que estamos diante de um verdadeiro ponto de virada no cenário da nossa vida e que é um aspecto muito exigente.

De fato, "a vida fraternal vivida com intensidade e fidelidade é mais exigente até do que a própria escolha da pobreza. Deixe-me explicar: se a pobreza consiste principalmente em tirar o máximo de coisas da vida e reduzir as minhas e as nossas exigências ao essencial, a vida fraterna requer uma dinâmica contínua de doação, o que nos compromete a tornar a qualidade das relações que acompanham nossas vidas diárias mais autênticas. Às vezes é uma questão de saber perdoar e saber como fazê-lo de novo e de novo, outras vezes é necessário dar um passo atrás para abrir espaço para o outro, para que seus dons possam florescer e dar frutos. A vida fraterna, originada do Espírito Santo, cresce se a qualidade de nossas relações tem o sabor da aceitação, perdão, misericórdia e caridade que o Senhor Jesus nos apresentou como Beatitude para nossa existência."[[10]](#footnote-10)

A partir dessa escolha, nossa Ordem sentiu a exigência de aprofundar o tema e estudar suas múltiplas aplicações nas diversas áreas da economia, da minoria e do trabalho. A consciência da centralidade da vida fraternal tem sido retomada em vários Conselhos Plenárias da Ordem nas últimas décadas. Recordamos, em particular, o VI CPO: Viver a *Pobreza em Fraternidade (1998),* o VII: *Nossa vida fraterna em minoridade (2004);* VIII: *A Graça do Trabalho (2015).* Isto quer dizer, até que ponto a virada amadureceu durante os anos do Concílio Vaticano II marcou o caminho de nossa Ordem.

*Na vida, de acordo com nossa identidade fraterna e minorítica, reconhecemos a base de todo o nosso apostolado e a primeira forma de missão evangélica para um efetivo testemunho eficaz da total comunhão na diversidade de carismas e ministérios, vividos em nossas fraternidades. Todos os frades devem ser animados para viverem a primazia da vida fraterna em minoridade como a primeira forma do nosso apostolado.[[11]](#footnote-11)*

Por que e como surgiu essa virada? Creio que há muitas razões para isso e não é apropriado mencionar todas elas aqui. Antes de tudo, deve-se dizer que diferentes formas de penitencias (disciplina, cilício, culpa) eram agora praticadas apenas por noviços sem compreender seu espírito. A mesma observância regular que durante séculos marcou o ritmo da vida dos frades, tinha caído em uma formalidade desprovida de conteúdo. Para colocá-lo com uma fórmula simples e direta: havia a necessidade de passar da chamada *vida comum* para a *comunhão de vida*. Parece estar na frente de um simples jogo de palavras, mas por trás dela está o desejo de sair de uma vida juntos marcado por um certo formalismo, onde o que importava era, em primeiro lugar, o fato de colocar simultaneamente e na medida certa os atos prescritos pelas Constituições e costumes de cada província individual, a um tipo de vida marcado por relações menos formais, reservando mais espaço para novas escolhas de vida e mais correspondentes à experiência das pessoas cotidianas.

Sem dúvida, também a partir do momento em que nossa Ordem se desenvolveu numericamente especialmente no hemisfério sul do planeta, e isso seguindo a presença e o trabalho dos missionários capuchinhos, isso contribuiu para produzir essa mudança de orientação. De fato, os frades que partiram para as missões sentiram em primeiro lugar a urgência de atender às necessidades de evangelização e de criação de serviços que respondam às necessidades mais urgentes das populações confiadas aos seus cuidados: escolas, postos de saúde, centros sociais, etc. Nos primeiros tempos tentaram cumprir tanto as exigências da observância regular como as novas necessidades encontradas no local, mas no curto espaço de algumas décadas prevaleceram as urgências da missão. Priorizando a criação da Igreja local e querendo equipá-la com estruturas adequadas para ela, as igrejas não foram mais construídas sobre o modelo daqueles previstos em nossa tradição e em vez dos conventos construídos em torno do quadrilátero central do claustro, foi dada preferência às estruturas de um tipo funcional adequado ao local. A prática da mendicância como meio de subsistência também chegou ao fim e era necessário ter grandes parcelas de terra para cultivar o necessário para viver.

Hoje, mais da metade dos frades de nossa Ordem nunca viveram em um convento tradicional com o coro localizado atrás do altar principal ou em vez do coro como no sul da Itália, e os outros espaços típicos de nossos lugares. Este é um fato a ser levado em conta. Gostando ou não, a partir do momento em que, com o governo do Geral Padre Bernardo Christen da Andermatt, cada província confiou seu próprio território de missão e gradualmente passou a implantar a Ordem, a face da nossa Ordem mudou. Podemos dizer com segurança que ficou rico e se tornou mais colorido. Creio que nossas Constituições, desde o Concílio Vaticano II, levaram isso em conta, colocando a ênfase em primeiro lugar na fraternidade e na minoridade, sem negar a dimensão penitencial de nossa vida. Algumas escolhas, e refiro-me, por exemplo, ao abandono da prática das três Quaresmas, significam que não nos limitamos a jogar a água da bacia, mas também fizemos o mesmo com a criança. Não falta em nossas Constituições, e veremos isso à medida que avançamos na leitura, pistas sobre a vida austera e penitência, mas eles têm o cuidado de não descer ao concreto. Isso certamente também se deve à consciência de enfrentar uma pluralidade de culturas, que exigem ser consideradas e integradas ao nosso modo de vida, por isso torna-se extremamente difícil dar indicações concretas. O que se apresenta como uma riqueza representa ao mesmo tempo um desafio não indiferente do ponto de vista da única fraternidade à qual todos pertencemos. Como promovê-lo? Quais são os elementos concretos e também visíveis que nos caracterizam em todos os lugares? Nesse sentido, mencionei acima a difícil relação entre continuidade e descontinuidade entre as Constituições antes e depois do Concílio Vaticano II. Não é de espantar que nos anos imediatamente após o Conselho havia vários grupos de frades, que se separaram da Ordem para continuar a viver como os capuchinhos do passado.

O segundo aspecto central de nossas vidas é representado pela minoridade. Sabemos que foi o próprio Francisco que queria que seus frades fossem chamados *de Frades Menores* e com isso ele queria fazer uma escolha de campo que levou seus frades a serem sujeitos a todas as criaturas humanas pelo amor de Deus. A minoridade é, antes de tudo, uma postura e é concretamente traduzida na aplicação do convite endereçado aos frades: [[12]](#footnote-12)*E eles devem ser felizes quando vivem entre pessoas de pouca importância e desprezadas, entre os pobres e os fracos, os doentes e os leprosos e entre os mendigos ao longo do caminho."* [[13]](#footnote-13) A minoridade que nos leva a buscar o último lugar e deve nos preservar do mal do clericalismo! No entanto, a base final da minoridade deve ser encontrada na escolha feita pelo eterno Filho de Deus, "[[14]](#footnote-14)*que apesar de estar na condição de Deus, não considerou um privilégio ser como Deus, mas esvaziou-se, assumindo uma condição de servo, tornando-se semelhante aos homens". [[15]](#footnote-15)*

**N. 5**

Este número contém cinco parágrafos diferentes e toca em tópicos muito diferentes. Na verdade, começa com um convite para conhecer nossa história e o projeto de vida promovido por São Francisco e retomado pelos primeiros frades capuchinhos. Conhecimento que deve nos levar à conversão de coração. Então continuamos a reiterar a importância de alguns aspectos centrais da nossa vida, como a vida da oração, especialmente contemplativa, austeridade e penitência, vida fraterna entre nós, mas também na proximidade com os pobres e o apostolado. De certa forma, esse número tenta encontrar um equilíbrio entre o espírito que animou as primeiras Constituições e a predominante nas atuais. Na verdade, menciona as dimensões da *vida contemplativa*, *da austeridade* e da *penitência alegre*, mas logo depois o que foi enunciado no número anterior é reiterado, afirmando que as relações entre nós devem ser marcadas pela espontaneidade fraterna, que somos chamados a compartilhar a vida dos doentes e dos pobres e, finalmente, a proximidade com o povo.[[16]](#footnote-16)

Retomemos mais de perto as declarações individuais! Começa afirmando que nosso carisma chegou até nós graças aos frades que nos precederam e que, por sua vez, foram inspirados por São Francisco. Somos precedidos por uma longa linhagem de frades e eles estão na origem de uma verdadeira e própria tradição. Isso significa que não podemos nos comportar como se fôssemos os primeiros a seguir os passos de Francisco. Dizer tradição sempre significa se referir às *pessoas*, pessoas concretas, com sua própria história, pessoas que merecem respeito e gratidão.

Daí surge a necessidade de conhecer nossa história e compreender qual é a índole, ou seja, o coração e a intenção, do projeto de vida que chegou a nós. A fidelidade ao Evangelho hoje passa pela *fidelidade criativa* à tradição que nos precedeu. Não se trata de imitar ou repetir por linha e por sinal o que tem sido feito por aqueles que viveram antes de nós, mas de se inspirar nessa tradição. Geralmente temos um conhecimento bastante aproximado de São Francisco e ignoramos quase tudo sobre o que os primeiros capuchinhos fizeram e as razões que os levaram a fazer escolhas diferentes das que estão em vigor em seu tempo. Para que haja fidelidade criativa é necessário conhecer o passado e, ao mesmo tempo, viver plenamente no presente. A relação viva com o passado tem como propósito eminente a renovação da vida de nossa Ordem hoje. Não se trata, portanto, de realizar um simples exercício de erudição histórica, mesmo que o conhecimento circunstancial do mesmo continue sendo um fato indispensável, mas de dar continuidade às intuições evangélicas de nosso fundador e dos primeiros capuchinhos.

O texto continua com um convite sincero para dar prioridade à vida da oração, especialmente contemplativa. Ele então recorda vários aspectos característicos do carisma franciscano: *viver neste mundo como peregrinos e forasteiros*, *praticar a pobreza* de forma *radical*, lembrando a necessidade de fazê-lo tanto *pessoal quanto* *comunitariamente*. Dado que ainda há o risco de considerar a pobreza apenas no lado externo como uma privação de bens, o texto menciona o *espírito da minoridade* como uma forma concreta de realizar a vida de pobreza. Vivendo desta forma, os frades capuchinhos combinarão de forma exemplar uma vida austera de penitência alegre com o amor da Cruz do Senhor. Este terceiro parágrafo certamente quer recuperar as dimensões que permearam e estruturaram as primeiras Constituições dos Capuchinhos.

Segue um parágrafo que retoma os aspectos da fraternidade e da minoridade, especificando-os ainda mais. Nesse sentido, insiste na modalidade de relações fraternas entre nós, relações que devem ser caracterizadas pela *espontaneidade fraterna;* depois somos convidados a *viver voluntariamente entre os pobres, os fracos e os doentes.*  Este convite não deixa de ser concreto e desafiador, porque quem entre nós por sua escolha está disposto a compartilhar a vida dos pobres, dos fracos e dos doentes? Uma coisa é se esforçar para levar uma vida moderada e que se reduz ao essencial e outra coisa é o compartilhamento da vida das pessoas mencionadas acima. Isso só pode ter consequências muito práticas na forma como construímos nossas casas, nos lugares onde vamos morar, na abordagem que pretendemos dar às nossas vidas. A vida retirada no convento é seriamente questionada. A questão crucial, então, é a seguinte: estamos dispostos a colocar em prática todos os passos que nos permitirão realizar essa proximidade?

Como ainda estamos na área em que são anunciados os grandes temas que serão retomados posteriormente e ampliados, o último parágrafo desta edição menciona a *dimensão apostólica de nossa vida*. Então ele especifica que é a *proclamação do Evangelho* e *outras formas apropriadas ao nosso carisma* sem especificar mais quais. O parágrafo termina com a referência à forma como alcançar o que acaba de ser dito: deve ser mantido em todo *o espírito de minoridade e serviço.*

**N. 6**

Essa questão retoma e especifica mais o que foi dito no início do número anterior, ou seja, a necessidade de conhecer, preservar e desenvolver o patrimônio espiritual de nossa fraternidade. Esta é a condição indispensável para viver a fidelidade ao nosso carisma de forma criativa. Por ser um verdadeiro *patrimônio espiritual*, é evidente que somos chamados a conhecê-lo, a encarná-lo nos tempos atuais, mas também a disseminá-lo e propô-lo aos outros. Somos chamados a viver nossas vidas conscientes de que recebemos uma herança que deve ser compartilhado com os outros.

Ao lado do conhecimento da vida e dos escritos de São Francisco, das fontes franciscanas e da tradição capuchinha, há agora também menção específica de *nossos irmãos que se distinguiam pela santidade da vida, pela diligência apostólica e doutrina.*  Quem senão a inumerável fileira dos nossos santos e beatos pode nos mostrar os caminhos a seguir para uma vida autenticamente capuchinha?

Depois do convite para aprofundar o conhecimento do nosso passado, o texto imediatamente se apressa em reiterar a necessidade de traduzir (encontrar *caminhos* *apropriados*) tudo isso nos contextos da vida em que nos encontramos, e isso de acordo com as diferentes regiões e culturas. Para garantir que o processo de adaptação ocorra de forma adequada, reitera-se a necessidade de obter a aprovação de superiores legítimos.[[17]](#footnote-17)

Esses números iniciais, onde mencionamos os princípios que devem inspirar nossa vida, são distinguem pela densidade e concisão, mas às vezes se pergunta se eles não dizem muitas coisas colocando-os ao lado um do outro, sem que o leitor possa vir a fazer uma opinião clara sobre o que é prioridade e o que é menos. Será importante e interessante, na continuação da leitura e estudo do texto, verificar o aspecto da continuidade e descontinuidade entre o texto das Constituições vigentes e os que antecedem o Concílio Vaticano II. Dito de forma diferente: se a vida fraterna e a minoridade são os principais aspectos da nossa vida, até que ponto o texto atual das Constituições, consequentemente, desenvolve esse discurso? Isso realmente faz dele um novo paradigma, ou há alguma falha aqui e alí? Como o texto garante a continuidade com o passado sem perder a nova orientação que os capítulos gerais desde 1968 decidiram dar à vida da nossa Ordem? Acho que podem ser perguntas úteis, quase hipóteses de leitura, na continuação do aprofundamento do texto.

Os próximos três números tratam claramente dos principais documentos de referência para nossa vida como Frades Menores Capuchinhos: a Regra, o Testamento e as Constituições.

**N. 7**

A regra de São Francisco é apresentada com base em sua fonte original que é o Evangelho e como instrumento apropriado para viver a vida evangélica. Posteriormente o texto se torna bastante concreto, convidando os frades a conhecê-lo, apreciá-lo e, em seguida, também aplicá-lo no concreto de nossas vidas. Não faltam referências à abordagem dos primeiros capuchinhos, da tradição saudável da Ordem e dos nossos santos.

Caberá principalmente aos diversos ministros e guardiões promover o conhecimento e a observância da Regra.

Segue um parágrafo no qual tentamos levar em conta o fato de que nossa Ordem está espalhada nos vários continentes e em culturas muito diferentes. Daqui decorre que, sempre salvaguardando a unidade da Ordem, também é necessário adaptar o modo de viver a Regra de acordo com as culturas, as necessidades dos tempos e dos lugares.

Após afirmar o princípio da pluriformidade, o parágrafo seguinte reitera veementemente que este nunca deve ser em detrimento da unidade e da comunhão fraterna. O tema de diferentes culturas e contextos deve nos preocupar muito além dessas poucas linhas. Porque se por um lado se tem a impressão de que o encontro entre o carisma da nossa Ordem e as várias culturas não despertou formas de vida muito próximas do que as pessoas vivem, por outro lado parece que muitas vezes nos referimos à cultura para defender posições questionáveis. É verdade que se estamos caminhando para uma pluralidade de interpretações culturais do nosso carisma, no entanto, a dimensão do diálogo entre as diversas abordagens culturais está apenas no início.

**N. 8**

Não podemos conhecer São Francisco em profundidade, se não valorizando o que ele nos deixou em seu *Testamento*, no qual *ele repropõe sua experiência evangélica* e no qual ele reafirma fortemente como ele pretende que a Regra seja vivida e observada. Recorda-se aqui como nós capuchinhos aceitamos *o Testamento como a primeira exposição espiritual da Regra,* uma decisão que se distancia das controvérsias que surgiram imediatamente após a morte de Francisco, quando os frades em 1230 recorreram ao Papa para ter esclarecimentos sobre a obrigação ou não de observar o Testamento. Gregório IX na Bulla *Quo elongati* assegurou aos frades da época que eles não eram obrigados a fazê-lo.[[18]](#footnote-18)

**N. 9**

O último número do primeiro artigo nos lembra a importância das Constituições e como elas querem nos ajudar a perceber o que está escrito nas Regras. Elas pretendem direcionar nossas vidas para torná-la em virtude da profissão religiosa um presente total e incondicional a Deus. Também neste número, que se diria ter um valor eminentemente jurídico, respiramos, no entanto, o estilo único de nossas Constituições, que nunca se contentam em nos dar apenas indicações de natureza jurídica, mas continuamente também apresentam a motivação espiritual do todo. Portanto, não é apenas um convite para uma observância externa, como ao contrário, somos lembrados de que a observância do mesmo não deve ocorrer com uma atitude servil, *mas como filhos, ardentemente aspirando a amar a Deus acima de todas as coisas, ouvindo a voz do Espírito Santo, que nos instrui, comprometidos com a glória de Deus e com a salvação do nosso próximo.*

Justamente no final deste número, no parágrafo Nº 5, afirma-se que somos obrigados a conhecer e observar todas as outras regras do nosso direito particular. Pode ser útil lembrar aqui como o trabalho de renovação dessas Constituições acompanhou a separação de várias normas práticas do texto constitucional para colocá-las no texto das *Ordenações dos Capítulos Gerais dos Frades Capuchinhos Menores.*  Embora qualquer modificação ou dispensa das Constituições exija a aprovação da *Congregação para Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica*, o texto das *Ordenações dos Capítulos Gerais* pode ser modificado pelo Capítulo Geral de nossa Ordem.

**Nossa Vida na Igreja**

**N. 10**

Este número começa com um crescente de afirmações teológicas, que descrevem de forma emblemática o mistério da Igreja. Além disso, me parece apropriado enfatizar que aqui a Igreja não é vista como um fim em si mesma, mas sim em sua missão de preparar e colaborar no estabelecimento do Reino de Deus.

Para sua própria santidade e missão, a Igreja tem a experiência de ser dotada de múltiplos dons por parte do Espírito Santo. Entre estes, a vida consagrada é mencionada aqui em particular, e entre as várias famílias espirituais aqui se faz uma particular referência aquela franciscana. Teve sua aprovação da Igreja e continua a desfrutar de sua custódia imediata. Tudo isso visa manter viva e presente *a imagem de Cristo que é pobre, humilde e dedicado ao serviço dos homens, especialmente dos pobres.*

Vem nos lembrar igualmente que os capuchinhos também receberam a aprovação da Mãe Igreja através da Bulla *Religionis Zelus* do Papa Clemente VII em 3 de julho de 1528. Daqui resulta que devemos muito à Igreja e somos chamados a amá-la como nossa mãe.

Em uma passagem final é lembrado que a Igreja é caracterizada por diferentes tradições, em particular a Oriental e a Ocidental. Aqui há uma referência às *Igrejas sui juris* e suas tradições litúrgicas-pastorais. O parágrafo foi introduzido no texto constitucional para lembrar como nós capuchinhos somos membros de uma única fraternidade, apesar de pertencer a diferentes famílias rituais.

**N. 11**

Sem dúvida, o amor pela Igreja faz parte do legado deixado por São Francisco, que deliberadamente optou por submeter à instituição eclesiástica suas próprias intuições e o propósito de levar uma vida de acordo com o Santo Evangelho. Ele fez isso pela primeira vez quando com um primeiro grupo de companheiros foi a Roma para o Papa Inocente III, seja em um segundo momento pedindo aprovação papal para a Regra de 1223. Não foi à toa que ele pediu para ter um cardeal que desempenharia o papel de governar, proteger e corrigir nossa fraternidade. Segue-se que devemos obediência ao Papa e que somos obrigados a colaborar para o bem das Igrejas particulares de acordo com o nosso carisma sob a orientação do Bispo diocesano. Esta questão termina com uma referência explícita ao respeito devido aos padres e a colaborar com eles.[[19]](#footnote-19)[[20]](#footnote-20)

**N. 12**

Este número continua listando as autoridades que nós frades somos chamados a reconhecer e seguir fielmente. Assim, nossa autoridade de referência direta é o Ministro-Geral da Ordem em seu duplo mandato como sucessor de São Francisco e como um vínculo que nos une com a autoridade da Igreja. Também é especificado que somos obrigados a amar e obedecer aos vários ministros e líderes das fraternidades provinciais e locais, sem nunca perder de vista nossa intenção de realizar nosso serviço dentro da missão da Igreja.

**N. 13**

Depois de indicar quais autoridades são referência para nós frades, nesta questão e na seguinte ela é recuperada e desenvolvida ainda mais qual a contribuição específica que pretendemos fazer tanto dentro da Igreja quanto no mundo. Em primeiro lugar, queremos ser irmãos e, como tal, despertar e promover fraternidade em todos os lugares. A fonte e a origem de tudo isso São Francisco tirou do Pai no Céu por impulso do Espírito Santo. Estamos diante de afirmações que nos ajudam a compreender muito além do que nos foi dito em questões anteriores (Nº 4) sobre o significado da centralidade da vida fraterna como o carisma central de nossa Ordem. Nossa primeira e principal vocação consiste em:

1. Nos sentirmos irmãos de todos sem qualquer discriminação;
2. Em promover o senso de fraternidade em toda a Ordem;
3. No cultivar relações fraternas dentro do resto da Família Franciscana.

Não podemos nos limitar a cultivar o espírito fraterno apenas entre nós frades, mas a modo fermento de evangélico se trata de promover relações fraternas autênticas entre todos os homens e povos. Em outras palavras, nos dizem que temos a tarefa de promover a paz em todos os lugares, e que isso não é menos do que outras formas de cuidado pastoral.

**N. 14**

Se na edição anterior o apelo para a promoção da vida fraterna encontrou sua fonte na contemplação do Pai, *o Sumo bem,* esse número é de caráter eminentemente Cristológico. A princípio é lembrado como a escolha de se tornar um servo por parte do Senhor Jesus é realizada por ele diariamente no sacramento da Eucaristia. Mais tarde, nota-se que Francisco decidiu se tornar menor contemplando a humildade de Deus em Cristo. A partir daqui deve nascer e se alimentar o nosso compromisso com os pobres e os excluídos. Consequentemente, devemos estabelecer nossas fraternidades entre os pobres desenvolvendo um tipo de solidariedade com eles que visa promover uma vida autenticamente humana e cristã. Este também é o início do nosso compromisso nos âmbitos de justiça e paz.

**N. 15**

Esta última edição nos lembra como a fraternidade e a minoria devem ser vividas na alternância de tempos passados no eremitério e tempos dedicados à vida apostólica. O texto nos lembra que tanto Jesus com seus apóstolos quanto São Francisco praticavam um estilo de vida que dava tempo suficiente para ambas as dimensões. Não foi diferente para a tradição capuchinha, mas é claro que um apelo, por mais forte e intenso que seja, não é suficiente para recuperar essa capacidade de alternar contemplação e atividade apostólica de forma equitativa, marcada pelo Evangelho. Aqui nossa Ordem em todos os seus componentes enfrenta um desafio sem muita importância e que requer, para ser implementado, uma conversão pessoal e de grupo extremamente radical. O risco de proclamar princípios muito bonitos e verdadeiros que depois no concreto, permanecem uma letra morta, nesta área em grandíssima parte é infelizmente realidade.

O primeiro capítulo de nossas Constituições estabeleceu as bases do que será então desenvolvido nos capítulos seguintes e será importante tê-lo presente quase como uma bússola para guiar o caminho da leitura e verificar em qual medida o que foi anunciado no primeiro capítulo encontra seu desenvolvimento orgânico e consequente nos seguintes.

1. DINO DOZZI, *La Regola per la vita, in: La Regola di frate Francesco. Eredità e sfida /* curadoria de PIETRO MARANESI, FELICE ACCROCCA, Padova 2012, 189 – 228, 222. Para tudo ver em particular: FRANCESCO POLLIANI, *As novas Constituições dos Frades Capuchinhos Menores, Análise e Comentários,* Milão 2016. [↑](#footnote-ref-1)
2. FF 4 [↑](#footnote-ref-2)
3. FF 177 [↑](#footnote-ref-3)
4. Cf. PIETRO MARANESI, O Sonho de Francisco. Releitura histórica da Regra dos Frades Menores em busca de sua atualidade. Assis 2011. [↑](#footnote-ref-4)
5. Cf. DINO DOZZI, A Regra para vida, em A Regra do Irmão Francisco: Herança e desafio. Aos cuidados de PIETRO MARANESI e FELICE ACCROCCA, Padova 2012, 191-228. [↑](#footnote-ref-5)
6. D. DOZZI, ibid. [↑](#footnote-ref-6)
7. FF 31, 140 [↑](#footnote-ref-7)
8. CF. PIETRO MARANESI, *Facere misericordiam. A Conversão de Francisco de Assis: Comparação Crítica entre o Testamento e as Biografias, Assis 2007* [↑](#footnote-ref-8)
9. *Ratio Formationis Generalis* OFMCap, II/2: O Leproso [↑](#footnote-ref-9)
10. *Identidade e pertença capuchinha. Carta do Ministro Geral Mauro Jöhri,* outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-10)
11. CPO 7 [↑](#footnote-ref-11)
12. FF 43 [↑](#footnote-ref-12)
13. FF 30. Cabe aqui recordar o texto do VII CPO dedicado inteiramente aos temas da minoridade e da itinerância. [↑](#footnote-ref-13)
14. Cf. Papa Francisco, O Poder da Vocação. Conversa com Fernando Prado, Bologna 2018 [↑](#footnote-ref-14)
15. Filipenses 2, 6 – 7. [↑](#footnote-ref-15)
16. Lembro-me que o Papa Francisco, por ocasião da audiência concedida no final do 85º Capítulo Geral, insistiu muito neste tema: *Esta manhã eu estava pensando em você. Há uma palavra que você, Frei Roberto Genuin, disse em seu discurso: em primeiro lugar os capuchinhos são "os frades do povo": é uma característica sua. Proximidade com o povo. Estar perto do povo de Deus, perto. E a proximidade nos dá essa ciência da concretude, essa sabedoria – é mais do que a ciência: é uma sabedoria. Proximidade com todos, mas especialmente com os pequenos, com os mais descartados, com os mais desesperados. E também para aqueles que se afastaram mais. Estou pensando no Frei Cristoforo [Os Noivos], de "sua" proximidade: Eu gostaria que esta palavra permanecesse em você, como um programa. Proximidade com o povo. Porque o povo tem grande respeito pelo hábito franciscano. O Cardeal Quarracino uma vez me disse que, na Argentina, às vezes algum padre-comedor diz uma palavra ruim a um padre, mas nunca, nunca um hábito franciscano foi insultado, porque é uma graça. E vocês capuchinhos têm essa proximidade: guardem. Sempre perto do povo. Porque vocês são os frades do povo.* [↑](#footnote-ref-16)
17. Veja *Ratio Formationis Ordinis* OFMCap, Anexo 1: Unidade Carismática na Diversidade Cultural [↑](#footnote-ref-17)
18. Cf. PIETRO MARANESI, O legado do Frei Francisco. Leitura histórica-crítica do Testamento, Assis 2009, em particular 327 – 335. [↑](#footnote-ref-18)
19. Rb XII / FF108 [↑](#footnote-ref-19)
20. Então o Senhor me deu e me dá tanta fé nos sacerdotes que vivem de acordo com a forma da Santa Igreja Romana, por causa de sua ordem, que se eles me perseguissem eu gostaria de ter recurso a eles. E se eu tivesse tanto conhecimento quanto Salomão tinha e conheci em pobres padres deste mundo, nas paróquias onde vivem, não quero pregar contra sua vontade. (FF 112) [↑](#footnote-ref-20)